CISION

Diário de Coimbra

ID: 102613158

09-12-2022

Meio: Imprensa
País: Portugal
Period.: Diária
Âmbito: Regional

Pág: 28
Cores: Cor
Área: 17,79 x 18,25 cm²
Corte: 1 de 1

# Em 42% dos homicídios conjugais havia antecedentes criminais

**Investigação** Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra analisou 165 processos de homicídio ou tentativa de homicídio em relações conjugais

O Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra analisou 165 processos de homicídio ou tentativa de homicídio em relações conjugais e concluiu que em cerca de 42% já havia procedimentos criminais anteriores relacionados com violência doméstica.

O projeto de investigação, coordenado pela socióloga Madalena Duarte, concluiu ainda que de todos os processos judiciais analisados, 11 tinham «várias queixas por condutas enquadráveis no crime de violência doméstica, num contexto persecutório e ameaçador», afirmou à agência Lusa a responsável pelo estudo.

Em nove processos, a formalização de queixa por parte da vítima ocorreu poucos dias ou no próprio dia do homicídio ou tentativa de homicídio e, em quatro processos, o arguido já tinha sido condenado pelo crime de violência doméstica contra a mesma vítima e cumpria, à data do evento, pena de prisão suspensa (num dos casos, com meios de vigilância eletrónica), disse Madalena Duarte.

D.R.

**CES** da Universidade analisou casos de violência doméstica

Segundo a investigadora, em pelo menos sete processos analisados constatou-se que o arguido estava sujeito a medidas de coação que implicavam a restrição de contacto com a vítima.

O Centro de Estudos analisou um total de 165 processos judiciais de 23 comarcas portuguesas, de 2000 a 2020, tendo também realizado diversas entrevistas a magistrados judiciais, procuradores do Ministério Público, agentes da PJ e peritos do Instituto Nacional de Medicina Legal.

Madalena Duarte destacou que a grande maioria dos entrevistados considerou que «não é propriamente na lei que tem de haver alterações, mas na sua aplicação e na mobilização de recursos para que a lei possa ser melhor aplicada».

«Há uma coisa que nós notámos (desde logo na análise dos processos e depois também foi unânime no discurso dos entrevistados), há vários procedimentos que devem ser melhorados a jusante e a montante da acusação de um crime para que se possa evitar um homicídio tentado ou consumado», referiu.

Ressalvando que há casos de homicídio em relações conjugais em que o sistema não conseguiria prever o crime – «a maioria não são premeditados» -, a investigadora sublinhou que muitos acontecem «num contexto de violência prolongada».

«Nos casos em que há denúncias, a resposta tem de ser outra», defendeu Madalena Duarte, sublinhando que há «uma taxa elevadíssima de arquivamentos» no caso de denúncias de violência doméstica, sobretudo por falta de prova. É o que acontece em quase metade dos processos analisados pelo projeto, identificando «um lastro para trás», com denúncias e «muitos arquivamentos».

Para Madalena Duarte, «tem de haver uma recolha de prova mais diversificada e mais efetiva», que acaba por não existir nestes casos, quando a denúncia surge.